

## GARRAUX E OS IRMÃOS TEIXEIRA: OS LIVREIROS-EDITORES DA PAULICEIA FINISSECLAR

Hugo Quinta<sup>1</sup>

**Resumo:** Considerando que a figura do editor e livreiro influencia o processo de construção do saber, o fito deste artigo é perquirir o modo como os livreiros-editores Anatole Louis Garraux (1833-1904) e os irmãos Antônio Maria (1857-1936) e José Joaquim Teixeira (?-1929) contribuíram com a produção e circulação do livro na cidade de São Paulo de fins do século XIX. Para cumprir esse objetivo, vamos investigar a relação entre o mercado livreiro e a capital paulistana das últimas décadas do Oitocentos. Em seguida, abordar os princípios basilares que regem o trabalho de um livreiro-editor; e, assim, versar sobre a maneira como o francês Garraux e os portugueses irmãos Teixeira promoveram a edição, produção e circulação de livros, a fim de demonstrar a importância desses personagens para a consolidação do mercado livreiro e para a edificação de espaços sociais de fomento e difusão de bens culturais na Pauliceia finisseclar.

**Palavras-Chave:** Anatole Louis Garraux; irmãos Teixeira; mercado livreiro; São Paulo finisseclar.

## GARRAUX AND THE TEIXEIRA BROTHERS: THE BOOKSELLERS-EDITORS OF PAULICEIA AT THE END OF 19<sup>TH</sup> CENTURY

**Abstract:** Considering that the editor and bookseller figure influences the process of knowledge construction, the present work purpose is to objectify the way in which the booksellers-editors Anatole Louis Garraux (1833-1904) and the brothers Antônio Maria (1857-1936) and José Joaquim Teixeira (? -1929) contributed to the book production and circulation São Paulo city at the end of the 19th century. To accomplish this goal, we're going to investigate the relationship between the book market and São Paulo capital in the 19th century. Then, the basic principles governing the work of booksellers-editors are addressed. In this context, approach the way that the French Garraux and the Portuguese Teixeira brothers promoted the books edition, production and circulation, in order to demonstrate the booksellers-editors importance for the book market consolidation as well as for the social spaces construction of cultural goods development and diffusion in the *Pauliceia* at the end of 19<sup>th</sup> century.

**Keywords:** Anatole Louis Garraux; Teixeira brothers; book market; São Paulo at the end of 19<sup>th</sup> century.

---

\* O artigo decorre de pesquisa de doutorado.

<sup>1</sup> Doutorando em História (UNESP, campus de Assis), com financiamento da FAPESP (processo nº 2017/14191-3), e Mestre em Estudos Latino-Americanos (UNILA).

## Introdução

Para analisar o envolvimento de livreiros e editores com o mercado de produção, circulação e difusão de bens culturais em determinada conjuntura histórica, a tarefa perpassa, em nosso caso, por abordar em que medida a trajetória dos três livreiros e editores cumpre um papel relevante para a criação e consolidação do mercado livreiro de São Paulo e (em certa medida) do Brasil. Eles fundaram e geriram seus empreendimentos em finais do XIX, um século que estimulou uma mudança abrupta no mercado de livros diante do acréscimo da demanda, do número de impressos e dos negócios em torno das publicações. Essas circunstâncias alavancaram a industrialização das formas de produção do impresso e de composição do livro.

A bucólica cidade de São Paulo de início e meados do Oitocentos não estava imune ao contexto nacional e internacional. Parte significativa dos livros que circulavam no país eram impressos na Europa, sobretudo em Paris, graças à dinamização dos meios de comunicação e do transporte internacional, fatores que impulsionaram o mercado livreiro em âmbito nacional. A mudança de residência da Família Real para o Rio de Janeiro, o processo de independência, o *boom* da economia cafeeira, o crescimento urbano, o fomento de instituições ligadas à cultura e ao ensino – como a Biblioteca Pública (1825) e a Academia de Direito (1827) fundadas na cidade paulistana –, a abolição da escravatura e o início da república são exemplos paradigmáticos para modelar e formar um público leitor.

Entre os personagens centrais para a dinamização da produção e circulação do comércio de livros na cidade de São Paulo estão o francês Anatole Louis Garraux e os irmãos portugueses Antonio Maria e José Joaquim Teixeira. O jovem Garraux mudou de Paris para o Rio de Janeiro em 1850, trabalhou durante uma década na livraria do conterrâneo Baptiste Louis Garnier, depois residiu na capital paulista, edificou a Livraria Acadêmica e afamada Casa Garraux. Na segunda metade da década de 1870, o livreiro português Antônio Maria Teixeira mudou de Lisboa para São Paulo e fundou a Grande Livraria Paulista (depois Livraria Teixeira) em 1878. José Joaquim saiu de Lisboa em 1881 para se associar ao empreendimento iniciado pelo irmão.

Diante desse cenário, o percurso deste texto traça as variáveis políticas, econômicas, sociais e culturais que contribuíram para o surgimento e consolidação do

mercado livreiro na cidade de São Paulo de finais do século XIX. Depois apresenta os princípios fundamentais da atividade de um livreiro e editor. E posteriormente analisa o modo como as trajetórias de Garraux e dos irmãos Teixeira se relacionam com as empresas que construíram e com os mecanismos que adotaram para a promoção, produção, edição, circulação e venda dos livros. Além disso, este artigo investiga a maneira como eles forjaram uma rede de sociabilidade e prestígio social mediante um mercado livreiro e um público leitor cada vez mais diversificado. Assim, o alvo deste texto é realçar a relevância e o alcance desses personagens para a consolidação do mercado livreiro da cidade de São Paulo das últimas décadas do Oitocentos.

### **Pauliceia finisseclara: a sociedade, o mercado livreiro e o público leitor**

A história do livro na cidade de São Paulo do século XIX herda uma tradição que se intensificou a partir de 1808, ano da transferência da capital do Império e da Família Real para o Rio de Janeiro. Esse fato estimulou o investimento econômico e cultural da Coroa na capital fluminense, ocasião oportuna para o desenvolvimento da imprensa, dos meios de impressão, de livrarias, de autores e de um público leitor. A economia e o mercado de bens culturais tiveram maior desenvoltura a partir da construção de instituições como a Biblioteca (1814) e o Museu Real (1818) (Nacional após a independência), o Banco do Brasil, a escola de Medicina e a Imprensa Régia em 1808, bem como a Academia de Belas Artes em 1816.

A despeito do nascimento da imprensa brasileira ter estado sob o rígido controle da Coroa – única responsável pela impressão dos documentos do governo e das solicitações externas –, o momento deflagrou a vinda de tipógrafos e livreiros para a Corte e outras cidades do país. Se durante o período colonial proibiram a existência de tipografias, o que prejudicou os autores nacionais na medida em que suas publicações passavam pelo crivo da censura e da tipografia portuguesa, a mudança da metrópole, a independência, o Império brasileiro e o início da República corroboraram a circulação de jornais e outros impressos.

O abastecimento de livros em território nacional dependia de uma extensa rota comercial que envolvia os países do velho continente e do atlântico sul. As inovações técnicas no transporte marítimo e o incremento do comércio entre a Europa e as Américas

resultaram na diminuição do valor de produção e circulação do livro (DEAECTO, 2011). Desembarcaram nos portos brasileiros as publicações de livros espanhóis, franceses e portugueses. As edições e os profissionais do livro consolidaram um *éthos* editorial tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, e tramaram um mercado livreiro robusto no que diz respeito à produção e comercialização de livros. Os brasileiros letrados passaram a consumir a literatura e os livros estrangeiros a partir das livrarias de proprietários franceses que residiam no Brasil<sup>2</sup>.

As técnicas fomentadas pela atividade editorial aumentaram a quantidade de livros disponíveis no mercado. A maioria das editoras e livrarias instaladas em Paris, cidade que franqueou o crescimento do consumo local, nacional e internacional dos livros franceses durante a segunda metade do XIX, desenvolveu-se por intermédio das políticas públicas adotadas pelo setor educacional do governo. Essas medidas provocaram o progressivo barateamento dos impressos e ampliaram o consumo e o acesso dos livros às massas (MOLLIER, 2008: 175-90).

A pujança do comércio internacional proporcionou a reestruturação jurídica, logística e comercial do mercado de bens culturais. A França foi a grande exportadora de livros, mas a Inglaterra dominou os mares e deu origem as grandiosas e desenvolvidas embarcações de transporte transoceânico. Os ingleses dominaram o despacho das mercadorias de diversas nacionalidades até 1860. A primeira rota de navegação de uma frota francesa com o Brasil foi estreada em 1861, a linha Bordeaux-Rio de Janeiro. A partir desse ano, as embarcações francesas entregavam suas mercadorias nos portos de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos, depois seguiam viagem em direção à Montevideo, Buenos Aires, Talcahuano e Valparaíso. “Notemos que nessa época nenhum outro país europeu vivenciara condições materiais – e, digamos, espirituais – comparáveis às da França, na corrida por novos mercados de bens culturais.” (DEAECTO, 2011: 274)

A longa presença e consumo dos livros franceses nas Américas fez com que Brasil, Argentina e Estados Unidos figurassem entre os três maiores consumidores das obras editadas e impressas na França oitocentista. A historiadora Maria Midori Deaecto (2011: 279-280) sublinha a dificuldade de identificar a remessa de edições portuguesas para o

---

<sup>2</sup> Durante o século XIX, a presença das livrarias e das edições francesas no país atestam a hegemonia da França no comércio livreiro (DEAECTO, 2009: 421-38).

Brasil uma vez que não há estatísticas e pesquisas que comprovem analisem o fluxo desse comércio, como “também não é possível saber quantos livros portugueses eram impressos na França e destinados ao mercado brasileiro.”

O contexto nacional e internacional relaciona-se ao fomento da educação e do mercado de impressos na pauliceia oitocentista. No decorrer da primeira metade do século XIX, a cidade era uma capital de província sem expressão econômica e populacional, a contabilizar quinze mil habitantes em 1855 (HALLEWELL, 2012: 336). Paulatinamente, a dinâmica da cidade modificou em consequência da publicação do *Farol Paulistano* em 1827 (HALLEWELL, 2012: 334), da implantação da Academia de Direito no mesmo ano, da fundação da Biblioteca Pública em 1825, das políticas governamentais de investimento na educação pública e da vitalidade econômica no transcurso do Oitocentos.

A fundação da escola de direito<sup>3</sup> na capital paulistana evidenciou a disputa com outras capitais do Império que também pleiteavam a construção do curso. Os poderes político e econômico das outras províncias criticavam a escola de Direito em São Paulo pelo fato de a cidade estar em localidade geograficamente desfavorável, de difícil acesso aos estudantes de outras cidades do Império, com precária infraestrutura para abrigar os alunos, além de várias outras queixas dos governantes de outras províncias, com exceção de Recife, que também foi contemplada com a criação do curso. Embora os debates tenham sido acalorados, a faculdade de direito foi edificada em 1º de março de 1828 (SCHWARCZ, 1993: 226).

De modo semelhante ao que ocorreu em Olinda, o curso foi acolhido em conventos antigos e precários, não houve o recrutamento de uma equipe docente qualificada, e os estudantes tiveram problemas com relação à moradia e às mudanças da faculdade para diferentes localidades. Superadas as dificuldades dos primeiros anos, o curso de direito de São Paulo tornou-se um dos principais centros intelectuais do Brasil. “Famosos por seu autodidatismo, os profissionais dessa faculdade não se limitaram a refletir sobre a cultura jurídica *stricto sensu*. Ao contrário, a produção local definiu-se pelo ecletismo [...]”

---

<sup>3</sup> Sobretudo após as independências latino-americanas, as universidades do continente impulsionaram a carreira jurídica com o intuito de formar profissionais aptos a trabalhar em instituições públicas. Nos países independentes, os estudantes formados em Direito passaram a ocupar postos-chaves da burocracia estatal, a lecionar e a escrever livros de direito, literatura, entre outras áreas temáticas. Esses estudantes eram conhecidos como pessoas que possuíam um “saber superior”, habilidosos em relação à fala e à escrita. (PERDOMO, 2008: 168-83)

(SCHWARCZ , 1993: 227). A intelectualidade formada nessas instituições trabalhou na burocracia estatal, atuou na política e foi leitora e consumidora de livros.

A partir de 1870, o dinamismo econômico da capital acarretou no investimento de bens culturais, como a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1894 e do Museu de História Natural (hoje Museu Paulista da USP) em 1895. A efervescência econômica motivou a transformação dos hábitos sociais, e a elite paulistana incentivou o mercado da cultura: novas livrarias, livreiros e editores passaram a residir em São Paulo. “Não por coincidência, nesse mesmo momento aparelha-se a Faculdade de Direito paulista, abrem-se novas cadeiras, e é editada uma revista oficial” (SCHWARCZ , 1993: 228).

Nas últimas décadas do XIX, o crescimento mercado editorial acarretou no perfil mais heterogêneo das edições, publicando títulos baratos, também conhecidos como livros do povo. Por esse motivo, a relação entre os livreiros e leitores foi cada vez menos intermediada pelos mecenas da cultura. Em 1880, os editores publicavam obras de baixo custo, algumas com enredos simplórios e outras sensacionalistas, ambas dirigidas ao grande público. “O romance de cunho “sensacional”, na iminência de sucesso, absorveu com perspicácia a narrativa desses acontecimentos de feito curioso e inusitado [...], situações que, para a satisfação do leitor, quebraram o ritmo previsto de todos os dias” (EL FAR, 2010: 97).

O crescimento da escola pública elementar no estado de São Paulo e nas cidades brasileiras mais urbanizadas – as que receberam os imigrantes europeus e eram próximas de ferrovias e zonas portuárias – estimulou a produção de livros escolares:

Assim, depois da Proclamação da República (1899), São Paulo foi o primeiro estado a colocar em prática um projeto de modernização da educação popular por toda a sua área e, ao renovar seu sistema oficial de ensino elementar, influenciou outras unidades da federação na instalação de sistemas similares e promoveu novas demandas para o mercado de material escolar, em especial dos livros didáticos (RAZZINI, 2010: 102).

Os preceitos que nortearam a criação e o desenvolvimento do ensino público na então província de São Paulo foram a gratuidade, a neutralidade religiosa e a obrigatoriedade. Os órgãos públicos e as pessoas responsáveis por elaborar a diretriz de implantação e funcionamento das escolas partiam do princípio de que o ensino favorece a noção de progresso e civilização. O panorama da cidade era paulatinamente preenchido por

edifícios voltados à educação, “cujas fotografias seriam difundidas em cartões postais e em várias publicações oficiais, o que significa que eram modelos de escola moderna e civilizada, a representação desejada e buscada pelos republicanos paulistas para seu projeto político” (RAZZINI, 2010: 103).

O setor gráfico de São Paulo foi um dos ramos beneficiados pelo aquecimento econômico viabilizado pelo comércio cafeeiro, ocasionando o surgimento de tipografias e de indústrias exclusivas à fabricação de papel. Os jornais, as revistas e os livros fizeram parte da relação de impressos que circulavam no mercado de comunicação, ensino e cultura, favorecidos pela aplicação de recursos financeiros e humanos em educação, transportes e espaços públicos. A população da capital na década de 90 do XIX chegou a 239.820 habitantes (HALLEWEL, 2012: 342), tornando-se a segunda maior cidade do país. A propulsão dos negócios gerados na atividade gráfica acompanhou o crescimento do público leitor e permitiu inovações técnicas no setor, como a litografia, a fotolitografia e a utilização das rotativas (RAZZINI, 2010: 108).

Apesar da maior desenvoltura da indústria editorial paulista e do mercado livreiro ter ocorrido nas primeiras décadas do XX, as livrarias que existiram no lusco-fusco do entre-séculos atenderam à crescente demanda do público leitor, conforme comprova o relato de um contemporâneo, publicado no *Correio Paulistano* em 25 de agosto de 1895:

#### LIVROS

O numero de livrarias de uma cidade é uma das melhores provas de seu desenvolvimento intelectual. Há 10 anos S. Paulo só possuía duas – a velha e importante Casa Garraux, uma das melhores livrarias do Brazil, e a livraria Teixeira & Irmão: - eram os unicos refugios da intelligencia indagadora, e para la affluíam todos que buscam no livro o delicioso pão do espirito. Mas ha 10 annos S. Paulo era uma cidade de menos da metade dos habitantes que tem hoje, e, [...] pouco lia em S. Paulo, quasi nada mesmo, pois a melhor parte da intelligencia paulista como que só se preocupava do desenvolvimento material da província. [...] Era muito raro vêr-se nas livrarias de então alguém que não fosse o estudante de direito, e seria mui curioso que se pudesse organizar uma estatistica comparativa do movimento de venda de livros naquela epocha e hoje. Iriamos vêr uma differença de tal ordem que faria suppor que as cifras fossem inexactas. Pode-se, portanto, dizer sem muito exagero, que, dada a população daquella data, em S. Paulo não se lia. Entretanto, hoje é o contrario; – hoje lê-se muito em S. Paulo. [...] (FEIO *apud* PINA, 2015: 108)

Pelo excerto e através das observações realizadas, podemos identificar que as últimas décadas do Oitocentos foram propícias à comercialização de livros e outros

impressos, favorável ao mercado livreiro constituído de um público leitor progressivamente diversificado, desde os letrados em busca de ilustração até as pessoas à procura de livros escolares, literatura erótica, religiosa e sensacionalista. Entretanto, não podemos afirmar que houve uma mudança radical nos padrões de leitura, bem como não ocorreu uma cultura de divulgação e consumo de massas, tal como na França da *Belle Époque*<sup>4</sup>. A multiformidade dos consumidores paulistanos não impeliu uma cultura midiática e de massas, porém contribuiu para o êxito das livrarias e sebos que se espalhavam pela Pauliceia oitocentista. Além disso, a explosão demográfica e econômica da década de 1890 permitiu a proliferação de espaços de sociabilidade para a prática de leitura, difusão literária e convívio intelectual e social. Instituições de ensino, bares, cafés, sociedades maçônicas, espaços públicos e estabelecimentos comerciais foram locais frequentados por uma nova camada de leitores, que tagarelavam “[...] às mesas do Café Java e da Confeitaria Pauliceia, ou às portas da Cassa Garraux, Livraria Teixeira e Charutaria Gonçalves.” (SOUZA *apud* DEAECTO, 2011: 365)

### **Os livreiros-editores: Garraux e os irmãos Teixeira**

Os traços urbanos da Pauliceia finissecular aprimoraram-se no lastro do crescimento e da diversidade do tecido social, das instituições criadas pelo poder público, do afluxo de dinheiro espreado pela economia cafeeira, do fomento ao ensino e a um mercado produtor e consumidor de bens culturais. Essas particularidades fomentaram a cultura do consumo na cidade, os bens e serviços encareceram para os habitantes paulistanos, e a classe acadêmica foi um dos setores que adquiriu livros e contribuiu para novas práticas sociais e culturais. A cidade e a sociabilidade mudaram. Os locais de recreação e os espaços informais de leitura seguiram à racionalidade da área geográfica e da economia da capital.

A figura do livreiro-editor no mercado de bens culturais em sentido amplo, e no mercado livreiro em sentido estrito, contribuiu não apenas para a construção, promoção, produção e circulação dos impressos, como também corroborou o princípio de táticas

---

<sup>4</sup> Segundo o historiador Jean-Yves Mollier (2008: 175-90), a França foi um terreno fecundo para o surgimento de uma cultura midiática no entre-séculos, uma vez que aperfeiçoou as legislações, provocou a vitalidade do movimento operário, estimulou táticas editoriais para consolidar as vendas dos jornais, livros e outros impressos. Esse movimento consolidou as bases materiais de uma cultura midiática, homogênea e socializada.



editoriais que foram utilizadas e aperfeiçoadas nas primeiras décadas do século XX. No caso de São Paulo é possível afirmar que a influência social e cultural dessa figura começou com o trabalho do francês Anatole Louis Garraux em 1859, depois dos portugueses Antonio Maria Teixeira em 1877 e de seu irmão José Joaquim em 1891. A propósito, escolhemos Garraux e os Irmãos Teixeira por eles representarem os símbolos de maior destaque no mercado livreiro e editorial do período, ainda que seja preciso ressaltar a existência de mais livrarias, editores, livreiros e intermediários<sup>5</sup> que perfilarão na cadeia do mercado livreiro. O francês inaugurou a época de salão, onde a Casa Garraux funcionava como um ponto de encontro e de sociabilidade das elites políticas e ilustradas desde finais do XIX até o início do XX. E os irmãos portugueses especializaram-se nas edições de livros populares, aumentando a escala de produção e de consumo através do barateamento das edições.

Antes de escarafunchar a trajetória e os projetos editoriais de Garraux e dos irmãos Teixeira, primeiro vamos nos ater à história e aos princípios elementares que envolvem o trabalho de um livreiro e editor, para, em seguida, cotejar os feitos, as controvérsias e as contribuições que marcaram a atividade desses três personagens na Pauliceia finisseclara.

O sistema concebido por Johannes Guttemberg (1398-1468), responsável por criar os tipos móveis acoplados a uma prensa de madeira, revolucionou a produção de impressos por realizar cópias iguais e simultâneas de um manuscrito. A partir dessa transformação, a figura do editor-impressor passa a interferir e a participar no processo de construção e concepção do livro (BRAGANÇA, 2005: 225). No decorrer do tempo, o editor levou a cabo um trabalho e um saber que lidou com a questão da censura, dos direitos autorais, das tipografias, da indústria gráfica originária das ideias liberais, da revolução industrial, da urbanização e do afluxo de capitais que promoveram inovações mecânicas e técnicas. Essas circunstâncias alteraram a cotidianidade da sociedade, os meios de transporte internacional potencializaram as formas de comunicação, comércio e circulação de bens materiais e culturais, permitindo a vinda de muitos europeus que almejavam ganhar a vida no Brasil (BRAGANÇA, 2005: 231).

---

<sup>5</sup> O historiador Robert Darnton (1990: 132-45) dedica um capítulo do livro, *O beijo e Lamourette*, a objetivar uma percepção mais ampla da literatura, principalmente do papel desempenhado pelos intermediários da cultura, pessoas que trabalhavam na oferta e demanda, no transporte e na distribuição, os transmissores do livro.

A burguesia europeia conquistou o poder, enfrentou o problema da alfabetização, fomentou o ensino público da infância à juventude, e difundiu as ideias liberais assentadas no pensamento de unidade nacional e na crença dos valores individuais e científicos. Esses fatores ampliaram o número de leitores e transformaram os padrões culturais. Revistas, jornais e livros estiveram mais presentes no cotidiano do Ocidente, fomentando o circuito da informação, do público leitor e do editor-empresário:

Ainda no século XIX, aparece o editor-empresário, sem vínculos com a tipografia nem com a livraria. Surgem os grandes editores escolares. Há grandes inovações em formas, conteúdos e circuitos de distribuição dos livros nos países de vanguarda do impresso. São feitos lançamentos de coleções voltadas para os segmentos populares a preços muito reduzidos, ao alcance do bolso do proletariado urbano. O comércio de livros se expande, se internacionaliza, formam-se grandes redes editoriais, especialmente francesas, com representação em vários países, beneficiadas com a expansão dos valores burgueses das “ideias francesas”, dos iluministas, evolucionistas, socialistas, cientificistas, positivistas e da cultura francófona em geral, inclusive dos grandes romancistas, ensaístas e poetas. Fundam-se as academias nacionais e o prestígio do intelectual letrado chega ao auge. Este é o século do apogeu da Galáxia de Gutenberg e da cultura letrada, das utopias e das grandes narrativas. Triunfo do livro! (BRAGANÇA, 2005: 232).

Os editores-empresários desenvolveram novos mecanismos editoriais. Durante o Oitocentos, o investimento em educação e cultura ampliou a margem dos setores que compravam livros, o que não só transformou os formatos de impressão e edição, mas também diminuiu o valor de produção e comercialização dos livros. A figura do editor desenvolveu novas habilidades e competências ao longo os anos, o que implicou em renovar a prática editorial de modo que os impressos fossem propagandeados, comprados e lidos. Apesar de muitos leitores desconsiderarem que o livro passa por uma série de intermediários até chegar às suas mãos, os editores tornaram-se cada vez mais centrais na materialidade da obra e nos temas da autoria e da leitura. Esses editores (CHARTIER, 2014: 266) colocaram em prática um conjunto de ações que envolveu diversos campos do saber, como a criação de mecanismos para divulgação e publicação dos impressos, além de terem sido um dos partícipes que propuseram novas regras para os direitos autorais. As reproduções, edições e revisões de um livro prescindem da concepção de um texto puro: “editar um trabalho não é uma questão de um texto ideal, e sim mostrar explicitamente a

preferência dada a um ou outro de seus estados, juntos com as escolhas feitas para sua apresentação de tais assuntos, divisões, pontuação, formas de escrita e grafia” (CHARTIER, 2014: 268).

Os editores têm o poder de decretar e dirigir a publicação de um texto em livro levando em consideração o autor, o público consumidor e as peculiaridades do mercado no decorrer de determinada conjuntura histórica. Há uma série de intermediários entre editor e autor, como os impressores, operários gráficos, livreiros e empresários do mercado de livros, que foram os agentes mediadores mais influentes no comércio de livros desde o XIX até finais do XX. Muitos livreiros também foram editores nesse período, como Garraux e os irmãos Teixeira.

### **Anatole Louis Garraux: o livreiro-editor de luxo, prestígio e fortuna**

As documentações não comprovam a linhagem familiar de Anatole Louis Garraux, tampouco quais foram os ofícios de seus pais ou informações sobre sua infância, adolescência e juventude. É sabido, porém, que ele nasceu em Paris no dia 3 de abril de 1833 (DEAECTO, 2009: 430), emigrou para o Brasil aos dezessete anos de idade (DEAECTO, 2011: 284), residiu no Rio de Janeiro e trabalhou na célebre livraria de Baptiste Louis Garnier (SORÁ, 2010: 36-7). A historiadora Marisa Midori Deaecto supõe que Garraux fora empregado da Casa Garnier de Paris e a juventude o impeliu a ganhar a vida no Rio de Janeiro, “mas como a história não se constrói apenas sobre suposições, afiançamos apenas que, mesmo desconhecendo as origens de seu capital, nosso personagem logrou fazer bons investimentos e acumular notável fortuna” (DEAECTO, 2011: 284). No universo dos livros, o percurso do Garraux foi semelhante ao dos irmãos Garnier, considerando que estes foram responsáveis por exercer e fomentar a força editorial francesa no continente latino-americano, onde construíram filiais na Cidade do México e em Buenos Aires (DEAECTO, 2011: 284).

A primeira experiência de Garraux com a atividade livreira proporcionou-lhe aprender as particularidades do comércio e promoção dos livros. Em 1859, ele foi viver em São Paulo com o objetivo de atuar como agente de livros franceses, e tornou-se o maior livreiro da capital. Seus tradicionais concorrentes não tiveram vigor para ultrapassar o

poderio do francês, ainda que todas as livrarias do período tenham sido beneficiadas com a venda regular de livros aos estudantes e professores da Academia de Direito.

No suplemento literário do jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Carlos Penteado de Rezende (1959: 6) publicou o texto intitulado Anatole Louis Garraux. O jornalista escreveu sobre o irrelevante número de leitores e de livrarias na Pauliceia dos anos de 1850-60, estabelecimentos que atendiam, majoritariamente, a demanda de professores e estudantes do curso de Direito. O texto mencionou a Pândega como a primeira livraria do francês, empresa que atendia o público da área jurídica. O colunista, ademais, citou a maneira como Almeida Nogueira descreveu o livreiro-editor: “[...] figura simpática e sorridente de um homem loiro, com grandes bigodes, dotado de amabilidade característica dos franceses”. Rezende (1959) conclui o texto informando que a Casa Garraux publicou suntuosos anúncios no *Correio Paulistano* durante os anos de 1860-70, e vendeu produtos finos, partituras musicais, fantasias e modinhas brasileiras e portuguesas.

O ensaio de Heloisa Barbuy (2009: 193-208) demonstra a maneira como os imigrantes franceses fomentaram a cultura material na cidade de São Paulo da segunda metade do século XIX e analisa as estratégias dos anúncios publicitários de diversas casas comerciais, que se referenciavam pelos métodos praticados na Europa e publicavam seus anúncios no *Correio Paulistano*. O artigo da autora trata do cosmopolitismo da cidade durante a segunda metade do Oitocentos e dos ofícios dos estrangeiros que habitavam na capital. O trabalho de Heloisa auxilia-nos a compreender que Garraux talvez tenha optado pela comercialização de artigos finos (como vinhos, guarda-chuvas, objetos de arte), livros e partituras musicais porque houve uma parcela significativa de seus conterrâneos que trabalhavam em outras frentes comerciais.

A década de 1860 foi produtiva para o livreiro francês na medida em que ele angariou um público consumidor fiel. Ele divulgava o catálogo de livros e vendia os artigos finos de sua Casa Garraux, como “papéis finos, envelopes, vinhos, charutos – os famosos charutos de Havana anunciados nos jornais – entre os incontáveis produtos que se confundiam com os artigos da livraria, figurando inclusive nos catálogos de livros e no seu *ex-libris* [...]” (DEAECTO, 2011: 286-87). O livreiro tinha o hábito de anunciar seus livros e produtos, houve circunstâncias em que o anúncio comercial da Casa Garraux ocupou a página inteira de um jornal. O livreiro foi capaz de alçar à posição de agente cultural

francês não só por comercializar livros, mas também por diversificar seu empreendimento e se arriscar no ramo editorial. As vendas eram estimuladas a partir de sua experiência e de suas estratégias publicitárias, e também por meio do relacionamento interpessoal confiado “em suas irmãs e na organização de tertúlias” (SORÁ, 2010: 37). Em 1863, Garraux abriu a Livraria Acadêmica no Largo da Sé e se associou a Guelfe de Laihacar e Rapahael Suarez, conforme informações do catálogo de 1864<sup>6</sup>. Os dois primeiros foram responsáveis pelas assinaturas de jornais e revistas francesas, enquanto o último, o sócio parisiense Suarez, era o encarregado de selecionar os títulos e enviá-los da França para São Paulo.

Dentre as primeiras publicações de sua editora, obras na área de ensino e religião, o livro de Fagundes Varela publicado em 1865, *Cantos e Fantasias*<sup>7</sup>, obra que fez da Garraux uma das primeiras editoras paulistanas a tratar dos direitos autorais através do contrato<sup>8</sup> fixado entre o editor e o autor. Varela residia na Pauliceia, vendeu a Garraux os direitos de publicação – registrado no 1º Tabelião de Notas de São Paulo –, e a edição do livro veio com a menção expressa: “Todos os direitos de propriedade são reservados” (DEAECTO, 2011: 292-4). Se comprarmos os termos do contrato firmado entre Garraux e Varela e os contratos entre um editor e um autor no mercado fluminense, podemos chegar à conclusão de que as condições impostas pelo francês foram desleais com o escritor. Essa situação, de um lado, realça uma característica pouco conhecida do editor e, de outro lado, destaca a fragilidade do autor na intelectualidade paulistana em detrimento da intelectualidade fluminense, onde as relações profissionais eram mais dignas. Nessa altura, Fagundes Varela cursava a Faculdade de Direito, escrevia em jornais, colaborava em peças teatrais e fazia parte de associações literárias e acadêmicas. Ainda assim, o autor não tinha recursos para se sustentar, situação que expõe a precariedade do sistema literário paulista desse período.

A historiadora Marisa Midori Deaecto (2011: 303-40) apresenta uma abordagem pormenorizada dos catálogos da livraria Grarraux. Ainda sob a marca Garraux, De Lailhacar e Cie., ele estruturou uma copiosa rede de vendas e importou muitos livros

---

<sup>6</sup>A sociedade durou até o início de 1870. A. L. Garraux é a marca do catálogo de 1872 (DEAECTO, 2011: 291).

<sup>7</sup>O jornalista (REZENDE, 1959: 6) diz: “os originais foram remetidos a Paris, de onde voltaram em 1865 – transfigurados em uma fina edição, de livros ricamente encadernados, com bordas douradas”.

<sup>8</sup>Marisa Midori Deaecto (2011: 294) afirma: “[...] estudos recentes demonstram que a maior parte dos contratos assinados por autores expressivos de nossa literatura oitocentista se concentraram na Corte Imperial. O que equivale afirmar que a primeira cidade a dar condições para a profissionalização do autor foi Rio de Janeiro, por várias razões de ordem socioeconômica e cultural [...]”.

franceses que eram distribuídos na livraria de São Paulo, gerida por Garraux, e do Recife, onde De Lailhacar dirigia a outra sede da livraria. A partir da década de 1870, ele se consolidou no mercado paulistano e desfez a sociedade com De Lailhacar. “O domínio do mercado local deu meios para Garraux estender os negócios com os livreiros-editores do Rio de Janeiro, e tornar-se distribuidor das obras ali publicadas. Passou até mesmo a ser um concorrente de venda de edições francesas [...]” (DEAECTO, 2011: 305-8) no Rio de Janeiro. Por esse motivo, ele estruturou um novo modelo de anúncio dos catálogos, da cobrança e envio dos livros e do atendimento ao público leitor, o que permitiu o reconhecimento da sua empresa na capital fluminense.

As estratégias de Garraux para confeccionar os catálogos eram similares às adotadas por Garnier, livraria onde os “[...] catálogos eram também incorporados aos livros, na forma de encarte afixado no final da edição [...]” (DEAECTO, 2011: 314). O livreiro-editor elaborou um catálogo da Livraria Acadêmica de edições em português e outro de edições em francês, todos impressos em Paris. O catálogo de 1865 totalizava 473 títulos de obras em português, a maioria (189 títulos) de Direito, outras obras de religião e misticismo, história, geografia, matemática, dicionários, gramáticas, teatro, poesia e outras temáticas. Os autores brasileiros mais vendidos foram José Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, já os portugueses mais vendidos foram Castelo Branco, Almeida Garret e Herculano.

O catálogo de 1866 foi subdividido em uma parte portuguesa e outra francesa, sendo que as edições em língua portuguesa representavam 1187 títulos e em língua francesa 5489 títulos. As edições no idioma Português, custosas e bem recepcionadas pela crítica, fizeram parte da seção de poesia e teatro, de poetas nacionais e estrangeiros – os títulos alocados nesse segmento incluíram os autores da Academia de Direito de São Paulo. “São as obras dramáticas de José de Alencar, a poética de Fagundes Varela [...], livros de Bernardo Guimarães, Sizenando Nabuco, Álvares de Azevedo” (DEAECTO, 2011: 315). Já as edições francesas mais comercializadas (1434 títulos) eram as novelas e os romances. Entretanto, é importante frisar a multiplicidade de gêneros e temáticas ofertadas, desde almanaques, biografias e obras históricas, incluindo títulos que atendiam ao programa do curso de Direito ou da área da educação, ciência, religião e artes. Essa realidade caracteriza a edição nacional da época:

Não há distinção de títulos por domínios temáticos nas áreas de História, Geografia, Religião, Filosofia e Matemática. Além da inclusão de obras históricas na seção literária, estas aparecem igualmente elencadas, ao lado das demais áreas do conhecimento científico, na seção de livros de “Educação”. Podemos concluir, sem prejuízo para as histórias do livro concentrada nos títulos de belas-letas. Começava a se destacar na área de educação e demonstrava certo equilíbrio na produção de livros jurídicos, área em desenvolvimento devido à passagem de pelo menos duas gerações exatas – ficavam à mercê dos currículos escolares e das traduções. Não por acaso, a seção manuais escolares é a segunda numericamente mais expressiva do catálogo (DEAECTO, 2011: 317).

A Livraria Acadêmica não se encaixa no padrão de edições populares dado que o custo da obra era elevado para os padrões de um público popular, sem contar que Garraux ousou ao confeccionar edições de luxo. O público-alvo da livraria eram os universitários, majoritariamente estudantes de Direito. Não é por acaso que as obras jurídicas figuravam entre as mais abundantes da parte francesa do catálogo, considerando-se as diversas temáticas relacionadas ao programa do curso. Ainda assim, a seção que compunha as novelas, os romances, o teatro e a poesia de certo modo retrata os gostos da época a diversidade material das edições que incluíam imagens de diferentes formatos, e a venda de reconhecidos autores, como Voltaire, Flaubert, Alexandre Dumas, Balzac, Victor Hugo e tantos outros – a maior parte dos títulos vendidos por Garraux não eram traduzidos.

Essas características manifestam a conjuntura do comércio de livros e do público leitor na capital paulista. A quantidade crescente de títulos franceses ofertados em cada catálogo acompanhou o desenvolvimento das edições francófonas e das necessidades dos consumidores de livros. O mercado desenvolveu “[...] no sentido dos livros de estudos, de conteúdo humanístico ou científico [...] e de narrativas ficcionais [...]. 1253 títulos de Romances, 685 obras de Literatura, 199 títulos de Poesia e Teatro! [...], gênero burguês por excelência conquistara seu espaço no meio piratiningano” (DEAECTO, 2011: 335).

As atividades desenvolvidas por Garraux não se restringiram ao comércio de livros e produtos finos. Ele investiu em atividades do setor de metalurgia e dos transportes, adquiriu ações na Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Vias Fluviais e na Sociedade Gold Mines. Para se ter uma ideia da fortuna de Garraux, ele esteve entre o 4% dos franceses que deixaram uma herança “de mais 50 000 F [...], 68% dos bens declarados estavam convertidos em capital financeiro [...]; 27% em capital industrial; e uma pequena

porcentagem (5%) dividida em bens imobiliários e bens domésticos” (DEAECTO, 2011: 285).

O testamento de Garraux lista os familiares (DEAECTO, 2011: 283) e os amigos que foram beneficiados, como as filhas, a irmã Louise Julie Michel, o ex-sócio Lailhacar e os genros, como Willy Fischer, um de seus sucessores na Livraria Acadêmica a partir de 1876. Garraux morou em São Paulo até 10 de novembro de 1883, regressou a Paris e faleceu em 1904.

No decorrer dos anos como livreiro e editor, o francês angariou um prestígio que pode ser traduzido tanto com a visita da princesa Isabel à Casa Garraux (DEAECTO, 2011: 286), como através da presença de figuras importantes do tecido social piratiningano, desde os estudantes, lentes, bibliotecários, homens públicos, empresários e diretores da Academia de Direito aos autores editados por ele. Em 1898, aos 65 anos de idade e diretamente da França, o livreiro-editor publicou um catálogo de livros sobre o Brasil, nomeado *Bibliographie Brésilienne*<sup>9</sup>, o que sugere o carinho e a consideração do francês pelo território que habitou, semeou, lucrou e criou sua família. Essas características também sinalizam o capital simbólico que ele granjeou entre a elite cultural e intelectual paulistana, sendo admitido como sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1901 (MOVIMENTO..., 1901: 2). A Casa Garraux tornou-se a loja mais prestigiosa de São Paulo no início do Novecentos (SORÁ, 2010: 35-9), grande importadora de magazines e espaço frequentado pela elite política, econômica e social da capital paulistana, empresa que afiançou a formação de José Olympio, o influente livreiro-editor da primeira metade do XX.

### **Os irmãos Teixeira: os livreiros-editores populares**

O percurso de Garraux e o sucesso de seu empreendimento manifestaram-se no transcurso de um tempo de intensas trocas culturais entre França e Brasil. Nesse ínterim, o mercado de bens culturais entre Portugal e Brasil se intensificou à medida que nos aproximamos do final do século XIX. A decisão de Antônio Maria Teixeira ir para São

---

<sup>9</sup> A versão digitalizada dessa obra está disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or48376/or48376.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or48376/or48376.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2018.



Paulo e fundar sua livraria está relacionada à figura de outro livreiro-editor português, Avelino Cardoso, que em 1862 investiu no comércio livreiro em Belém do Pará devido ao faustoso Ciclo da Borracha. A livraria de Avelino progrediu, ele trouxe o irmão Eduardo Tavares Cardoso, fundou a livraria Tavares Cardoso & Irmão em 1868, casou em Belém em 1870 e retornou para Lisboa em 1872 (PINA, 2015: 44). É nessa conjuntura que Antônio Maria Teixeira tornou-se funcionário da lisboeta Livraria Tavares Cardoso & Irmão.

Nesse sentido, consideramos a hipótese de que o primogênito Teixeira optou por viver no Brasil com o intuito de preparar e construir um circuito comercial a partir das livrarias dos irmãos Tavares Cardoso, ou, quem sabe, esse fosse o desejo de Avelino. Embora não haja fontes que confirmem a hipótese, tampouco devemos desconsiderar os laços afetivos (e familiares) entre o empregado e o ex-patrão. O fato de Antônio ter decidido viver em São Paulo não amainou a relação entre eles. Pelo contrário, a união foi estreitada a partir do casamento de Antônio Maria Teixeira e Júlia Tavares Cardoso, filha de Avelino (PINA, 2015: 48).

Em meados da década de 1870, Teixeira mudou-se para a capital paulistana aos 21 anos de idade e em 1878<sup>10</sup> fundou a Grande Livraria Paulista na rua São Bento. Essa localidade foi estratégica por se tratar de uma zona eminentemente comercial, onde o desenvolvimento urbano foi impulsionado e modificado pelo impulso econômico do período. Outrossim, a rua São Bento também abrigou um dos hotéis mais famosos da Pauliceia finisseclar, o Hotel França, estabelecimento que hospedou a elite política e econômica de passagem por São Paulo. Além disso, o nome da livraria marca a ambição de Antônio Maria Teixeira em caminhar *pari passu* com o cosmopolitismo florescido na capital paulista, além de sugerir a meta do português em promover e situar sua empresa perante o mercado livreiro paulista (PINA, 2015: 52), concorrente da Livraria Acadêmica de Garraux, da Livraria Civilização de Abílio A. S. Marques e da Livraria Brasileira e Allemã de Ricardo Matthes.

As táticas comerciais do Teixeira foram diferentes das utilizadas por Garraux. Enquanto este manuseou seu prestígio como agente cultural francês, o lisboeta procurou

---

<sup>10</sup> Paulo Simões de Almeida Pina (2015) afirma que as fontes obtidas no decorrer da pesquisa indicam que 1878 é a data de fundação da Grande Livraria Paulista, porém muitos jornais e livros indicam o ano de 1876.

atingir um público consumidor heterogêneo e popular. Como Garraux, Antônio Maria anunciava os títulos da Grande Livraria Paulista em jornais, explorando chamadas que apelavam ao custo barato do livro ou que despertavam o interesse do público para as novidades que chegavam à livraria. Para além dos anúncios, o livreiro-editor português às vezes oferecia recompensas aos clientes que descobrissem os enigmas que ele publicava nos periódicos paulistanos.

A livraria vendia não apenas “todos os livros necessários para Collegios e Academias, por preços baratíssimos e bem assim livros de religião, romances, dramas e todos os mais livros sobre diversos conhecimentos humanos”, mas também “dos legítimos e afamados cigarros de Barbacena” (MACHADO *apud* PINA, 2015: 56). Desse modo, enquanto o alvo do francês era os livros e artigos finos, o estrategema do português recaía nas mercadorias diversas, baratas, desde manuais à folhetos de cantigas, algumas obras vulgares, outras eróticas. Ele operou no sistema literário por meio de livros direcionados ao povo, como, por exemplo, *Noções da vida prática*, *Novo manual do cozinheiro*, *Guia de casados*, entre outros títulos.

Por vezes o português se furtou de meios polêmicos e ilícitos para potencializar as vendas de livros. A crítica de Valentim Magalhães (*apud* PINA, 2015: 59-60) – publicada no *Correio Paulistano* – revelou uma prática fraudulenta do lisboeta, que vendeu a cópia de um livro pelo preço do original. O historiador Paulo Simões de Almeida Pina (2015) argumenta que a ação de Antônio Maria Teixeira tem a ver com o fato de autor da obra ter sido preso em seu país, o que intensificou a venda do livro ao ponto de os exemplares da obra terem se esgotado no Brasil e em Portugal. Diante do ocorrido, o livreiro-editor percebeu a oportunidade de vender as cópias do original uma vez que ele não tinha condições de importar, no curto prazo, as edições que estavam a ser impressas em Portugal.

Os indícios de que a livraria funcionava a pleno vapor estão relacionados à convocação do irmão José Joaquim Teixeira, nome que consta na razão social, nos anúncios da livraria desde o final de 1881 e na expansão da Grande Livraria Paulista de Teixeira & Irmão na rua São Bento 54 e 54A. Os irmãos Teixeira seguiram a arte de Garraux no que diz respeito à comercialização de livros para outras localidades da província, ou do país, por intermédio dos correios – procedimento frequentemente utilizado para dar propulsão à venda de livros jurídicos, de livros escolares e de exames

preparatórios. Desse modo, é possível afirmar que os irmãos Teixeira não descuidaram da elite paulista, dos setores ilustrados e republicanos, que vão desde os juristas, passando pelos periodistas, até à juventude formada na capital paulistana ou em outras localidades. A elite ilustrada passa a elogiar e a conviver com os irmãos Teixeira, propagavam o capital simbólico da livraria e orientavam as obras a serem editadas por eles, como os manuais escolares ou científicos que vendiam sob encomenda. Em 1885, esse foi o caso dos livros dedicados à linguística e à gramática de Júlio Ribeiro, e em 1887 a edição de obras literárias, como *A comédia dos deuses* de Teófilo Dias, ou títulos de cunho político, como *Discursos* de Brasília Machado. Assim, ao nos debruçarmos na

[...] trajetória da Grande Livraria Paulista, o que vemos é um esforço de diversos setores da elite letrada no sentido de criar condições para a formação de um campo literário ou mais amplamente de um campo artístico na cidade. No caso específico da literatura, algumas condições seriam ainda necessárias: a industrialização do processo de produção do livro tinha que ser resolvida, afinal este ainda era muitas vezes impresso fora; destacar a produção literária do conjunto da produção impressa, ou seja, diferenciá-la das publicações comerciais, acadêmicas e escolares, das publicações profissionais, etc.; os próprios agentes nesse campo tinham que poder determinar eles mesmos os cânones literários, independente das arraigadas tradições da cidade e do gosto público; um mercado consumidor e a formação de uma sociedade de leitores, que a decadente estrutura monárquica e a escravidão emperravam; garantir a existência de autores, editores, bibliotecas e livrarias funcionando de acordo com regras próprias. Daí a importância da figura de Antônio Maria Teixeira, com seu capital cultural, tino comercial e disposição para arriscar um investimento, desde que vislumbrasse a oportunidade de lucros futuros. Por isso também a frequência seleta das personalidades em sua livraria, e não é por acaso que vemos essas mesmas figuras em lutas que redundaram na construção do Teatro Municipal, na fundação do Conservatório Dramático e Musical e na criação de uma Academia de Letras na capital paulista [...]. (PINA, 2015: 63)

Duas publicações de 1888 foram sucesso de vendas e regozijaram os autores. *A Carne* de Júlio Ribeiro, que publicou uma nota agradecendo o trabalho dos editores, e *Poesias* de Olavo Bilac, que também ficou grato com a edição e venda de sua obra. A publicação dos dois livros evidencia as escolhas artísticas e políticas, uma vez que editaram obras de autores republicanos, abolicionistas, deslumbrados com as questões gramaticais, dedicados ao calculista manejo da língua culta. Ainda assim, deve se levar em consideração que a boa remuneração (PINA, 2015: 71) dos autores tem a ver com a realização de um

negócio certo: Júlio Ribeiro era um autor prata da casa, além de jornalista e professor conhecido dos paulistanos, e Olavo Bilac era um personagem de renome no meio parnasiano e jornalístico. Apesar do sucesso de comercialização das duas obras, os irmãos Teixeira focaram nas edições literárias para o povo, como *As primaveras* de Casimiro de Abreu, e *Espumas Flutuantes* de Castro Alves, ambas de 1889, e o romance *Demônios* de Aluísio de Azevedo, em 1893.

Os livros comercializados pelos livreiros-editores foram impressos por diversas tipografias do Porto e de Lisboa até 1887, mas o excelente acolhimento das obras de Ribeiro e Bilac provocou uma mudança na marca e na etiqueta das edições. Em 1888, de “Livraria de Teixeira & Irmão” passa para “Teixeira & Irmão – Editores”, o que insinua o anelo dos irmãos de distinguir as atividades do trabalho editorial, cada vez mais relevante nesses anos. A mudança de etiqueta pode anunciar “que livros impressos por seus próprios autores eram oferecidos à loja dos irmãos Teixeira para distribuição exclusiva, recebendo essas etiquetas como uma espécie de chancela tal qual uma edição da casa” (PINA, 2015: 79).

O estabelecimento tornou-se uma referência no contexto de uma economia paulista vigorosa. Os auspícios da abolição da escravatura e das reformas monetárias do governo republicano, intitulada de Encilhamento, segundo a qual as legislações foram alteradas com a finalidade de estimular e expandir a oferta de crédito. Em consonância com o cenário geral de mudanças e fortuna, os anos de 1889 e 1890 são profícuos para os irmãos Teixeira. “Essa prosperidade será acentuada, principalmente, pelo fortalecimento aos governos republicanos paulistas de um produto fundamental para seu projeto de ampliação do nível de instrução: o livro escolar” (PINA, 2015: 87). As obras jurídicas também foram impulsionadas, novos formatos foram editados devido à constante alteração das legislações, publicando, por exemplo, edições comentadas por especialistas. Nesse contexto, os irmãos lusitanos tentaram realizar uma iniciativa arrojada ao abrir o capital da empresa para uma sociedade anônima intitulada Empresa Livraria Paulista. O projeto, porém, foi abortado.

O ano de 1892 deflagrou o fracasso da política de encilhamento e muitas empresas do mercado livreiro quebram com a crise econômica. A experiência dos irmãos Teixeira e os laços comerciais com Portugal fizeram com que eles resistissem aos primeiros vendavais. Um dos sinais que atestam a perenidade dos livreiros-editores foi o catálogo

publicado com a marca Grande Livraria Paulista. Não obstante, a bonança foi até o final de 1893, ano em que a empresa Teixeira & Irmão entra em falência por demanda dos credores e a livraria foi vendida ao imigrante italiano Miguel Melillo (PINA, 2015: 102).

Os dados disponíveis nos permitem afirmar que Antônio Maria Teixeira casou entre finais da década de 1880 e início de 1890, retornou para Lisboa e abriu uma livraria na capital portuguesa. José Joaquim continuou em São Paulo e, devido à falência, reinseriu-se no mercado livreiro ao constituir livrarias em nome de suas esposas. Em 1899, a primeira proprietária foi Ermelinda Teixeira (razão social Livraria E. Teixeira), que a pedido do marido comprou a Livraria do Povo de Jacinto Ribeiro, antigo livreiro fluminense que fundou uma filial na capital paulista e decidiu desfazer-se do negócio. No dia 01 de novembro de 1900, *O Estado de S. Paulo* (p. 4) publicou uma nota da Junta Comercial informando que José Joaquim Teixeira solicita “[...] o arquivamento da escriptura de procuração que lhe passou sua mulher d. Ermelinda Teixeira para gerir sua casa comercial”.

Em 1902, José Joaquim casou-se com Carolina de Moura Teixeira, a razão social passa a ser Livraria de C. Teixeira e o marido tentou comercializar livros mediante uma procuração expedida pela esposa. Nesse ano (JUNCTA..., 1902: 3), Carolina Teixeira entra com um pedido de cancelamento da procuração e da escritura pública que tinha outorgado ao marido, provavelmente por solicitação dos credores da firma Teixeira & Irmãos. Outras notícias foram publicadas no *O Estado de S. Paulo* nos anos subsequentes (FORUM, 1903: 2; FORUM, 1903: 2; TRIBUNAES, 1905: 2), comprovando o imbróglio jurídico da livraria dos irmãos Teixeira. Não obstante, graças o nome da esposa e a experiência de José Joaquim, a marca dos Teixeira foi rememorada ao utilizar um anúncio que remetesse tanto à livraria dos irmãos Teixeira quanto à Livraria do Povo: “Livraria Teixeira (Antiga do Povo)” (PINA, 2015: 116).

E é nesse contexto que um personagem central na história da Livraria Teixeira começou a trabalhar na empresa em 1898, o português José Joaquim Vieira Pontes, um jovem de 18 anos de idade que foi caixeiro até 1897 e decidiu laborar no comércio livreiro. Ele impulsionou a venda de livros nas livrarias de José Joaquim Teixeira. O rapaz tinha a habilidade de encantar as pessoas e relacionava-se muito bem com a clientela, um papel que fora exercido por Antônio Maria Teixeira e que o irmão José Joaquim não desenvolveu a destreza no trato pessoal com os clientes. A relação entre Teixeira e Vieira Pontes

estreitou-se no decorrer dos anos, o funcionário passou a projetar e a planejar algumas edições, como a *Bibliotheca Dramatica Popular* (PINA, 2015: 123-8). Os dois editaram peças teatrais acessíveis ao grande público. E diante do sucesso da parceria e dos bons negócios, Teixeira propôs uma sociedade para Viera Pontes. A Livraria de C. Teixeira e Cia. durou até 1929, ano em que José Joaquim viajava com sua esposa para Portugal e faleceram abruptamente em Coimbra. A Livraria Teixeira não sucumbiu diante da inesperada morte. A existência da empresa é longa, atravessa o século XX e chega ao XXI capitaneada por uma alta carga simbólica na vida cultural paulistana. O nosso propósito neste artigo não é traçar a trajetória dessa livraria, embora vamos abordar algumas realizações como forma de demonstrar a relevância da Livraria Teixeira para São Paulo.

Em 1958 a livraria se estabeleceu na rua Marconi n. 40 (HALLEWELL, 2012: 344), em 1965 (SERÁ..., 1965: 10) a empresa recebeu o prêmio Jabuti de melhor livraria, em 1966 (JORGE..., 1966: 8) acolheu o escritor Jorge Amado para uma noite de autógrafos. Uma nota publicada no *Estado de S. Paulo* menciona o tempo de existência da livraria, a raridade das edições de Olavo Bilac e as “máquinas registradoras e balanças do século passado” (NOTAS..., 1988: 74), equipamentos que estiveram expostos ao público durante a comemoração do aniversário da livraria. O bibliófilo José Mindlin (1991: 87) encontrou outras preciosidades na Teixeira, “[...] como, por exemplo, o pacote que encontrei nos anos 60, com 10 exemplares do “Primeiro Caderno de Poesia” do Oswald de Andrade!”.

No dia 06 de outubro de 1994, *O Estado de S. Paulo* publicou uma notícia a destacar a relevância e a história da empresa iniciada pelos irmãos Teixeira, noticiando que a direção da livraria era destinada ao empregado mais antigo da casa, como foi o caso de Carlos Cardoso Filho, que a assumiu em 1940. Ele comentou à jornalista sobre os ilustres frequentadores da livraria, as relíquias literárias expostas em sua vitrine, as máquinas de escrever, as caixas registradoras e as tardes de autógrafos, uma invenção da Livraria Teixeira segundo Cardoso Filho (*apud* BOURROUL, 1994: 126): “[...] Todos os grandes lançamentos de livros e presenças ilustres foram fotografados e estão expostos nas paredes, junto com os recortes de jornal”

A jornalista Marisa Torres (2000: b12) publicou uma reportagem sobre a aquisição da Livraria Teixeira pelo empresário Nelson Salem Júnior, proprietário de uma rede de postos de gasolina nomeada Salemco. Segundo a reportagem, o proprietário pretendia

preservar a memória de uma referência cultural de São Paulo, a fim de reavivar o charme do centro antigo da cidade e abrir franquias da livraria em postos de gasolina de diversas bandeiras. A empresa de Nelson Salem saneou as dívidas da Livraria Teixeira, investiu 120 mil reais para reestruturar a sede da livraria na rua Marconi, preservando a arquitetura e revitalizando as cores e as disposições originais, com o objetivo de retornar à forma dos anos 50. A jornalista expôs o significado da livraria para a metrópole paulista, um ponto de encontro e sociabilidade para intelectuais, autores e artistas, como a atriz Bibi Ferreira, “que chegou a dizer que se ocorresse o anunciado fechamento da livraria em 1997, uma parte do Brasil morreria”. Em que pese a falta de informações sobre o projeto das franquias, o plano de Salem sucumbiu em 2002.

### **Considerações finais**

As condições de produção e circulação do mercado de bens culturais foram redimensionadas a partir do início do século XIX com a transferência da Metrópole para o Brasil, a criação do Branco do Brasil e o investimento em instituições de ensino e cultura na capital fluminense. A inovação nos meios de transporte redimensionou as rotas de comércio internacional, potencializou a comercialização de bens materiais e culturais e expandiu a circulação de livros europeus nas Américas.

A então província de São Paulo era uma região pacata e inexpressiva no cenário econômico, político, social e cultural do país, ainda que a proximidade da capital paulistana com a capital fluminense, centro nevrálgico do poder do Império, tenha permitido o fluxo de ideias e ideais que permearam o tecido social e político dos paulistanos. Mas a relação de proximidade foi um dos critérios menos importantes para a constituição da região mais produtiva do país a partir de fins do Oitocentos.

A conquista da Academia de Direito pela elite política paulistana é um dos elementos centrais que modificou e alargou a dinâmica de produção, circulação e consumo de bens culturais. Estudantes, professores, funcionários e a própria instituição de ensino passaram, aos poucos, a solicitar materiais e condições que permitissem a formação dos alunos e o trabalho de professores e funcionários da faculdade. Se o curso começou precariamente na década de 1820, desde meados até final do XIX foi possível vislumbrar o

aquecimento da economia impulsionada pelos barões do café e pelo investimento público em transportes, infraestrutura e instituições de ensino. Essa conjuntura melhorou as condições de trabalho e estudo na Faculdade de Direito, e forjou um horizonte fértil para o trabalho dos três livreiros-editores que vieram se aventurar no Brasil para ganhar a vida e impulsionar o mercado de bens culturais.

Nessa trama, elegemos Garraux e os irmãos Teixeira como os grandes indutores do mercado livreiro da cidade de São Paulo das últimas décadas do século XIX. Eles foram figuras expoentes do mercado de bens culturais da capital paulista e do país, dado que suas trajetórias e seus empreendimentos culturais determinaram e influenciaram na arquitetura, na inovação e na dinâmica de edição, produção, circulação e consumo de livros.

A singularidade do Garraux reside no fato de ele ter sido um expoente e um símbolo de tino comercial e cultural, além de ter criado um espaço de convívio e sociabilidade que influenciou as gerações vindouras de livreiros-editores. Ele adotou um modelo de negócio a partir do que aprendeu com Garnier, embora tenha sido capaz de elaborar práticas publicitárias e comerciais inovadoras. A Livraria Acadêmica investiu em anúncios, edições e vendas de obras voltadas a um público ilustrado e de alto poder aquisitivo, além de a Casa Garraux funcionar como um espaço frequentado pelas elites políticas e ilustradas, e um estabelecimento comercial de artigos finos importados para esse público. O prestígio do francês foi possível graças ao fato de ele ter sabido conciliar a figura de agente cultural com a de empresário, o que refletiu na fortuna e no capital simbólico que ele conquistou na Pauliceia finissecular.

A excentricidade dos irmãos Teixeira difere do percurso traçado pelo francês. Antônio Maria tinha consciência de que o mercado era mais concorrido que à época de Garraux. E por esse motivo ele apostou em obras para um público leitor diversificado, proveu à venda de livros escolares e livros para o povo, adotando táticas e anúncios que estimularam a comercialização das obras. O sucesso dos negócios impeliu a vinda do irmão José Joaquim e a expansão da Grande Livraria Paulista, momento em que eles investiram no mercado livreiro. Apesar da falência provocada pela conjuntura econômica de finais do XIX, a experiência de José Joaquim contornou a má fase, e ele conseguiu trabalhar como livreiro-editor até a morte em 1929.



O mercado livreiro desses anos não resultou na estruturação de um sistema editorial autônomo e independente, tampouco sanou a condição sistêmica do analfabetismo brasileiro (KOSHIYAMA, 2006: 44) no entre-séculos. Entretanto, é possível afirmar que as práticas adotadas por esses personagens foram precursoras dos mecanismos levados a cabo pelos livreiros-editores da primeira metade do século XX, muitos dos quais aprimoraram as ações comerciais e publicitárias, utilizaram suas livrarias como salões de autores, leitores, intelectuais e políticos, bem como ampliaram a venda de títulos voltados à cultura e ao consumo de massa.

As trajetórias de Garraux e dos irmãos Teixeira permitiram o aperfeiçoamento da produção, circulação e consumo de livros na São Paulo oitocentista. Os catálogos produzidos, as táticas comerciais adotadas, as relações sociais estabelecidas, os investimentos em inovações técnicas, o vínculo dos editores com os autores e dos livreiros com o público leitor galvanizavam a ascensão do mercado de bens culturais na Pauliceia finissecluar. O alcance dos empreendimentos de Garraux e dos irmãos Teixeira atravessou o século dezenove e propiciou a formação e preparação de livreiros e editores de destaque durante o século passado. Compreender suas trajetórias e suas empresas culturais é um dos pontos de partida para esquadrihar a história do livro e da edição no Brasil.

## Referências

- BARBUY, H. Comércio francês e cultura material em São Paulo na segunda metade do século XIX. In: VIDAL, L; LUCA, T. R. de (org.). *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 193-208.
- BOURROUL, H. Livraria Teixeira atrai literatos desde 1876. *O Estado de S. Paulo*. Seu Bairro. Centro. São Paulo, 06 de out. 1994, p. 126.
- BRAGANÇA, A. Sobre o editor: notas para a sua história. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2005.
- CHARTIER, R. Publicar Cervantes. In: CHARTIER, R. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 259-269.
- DARNTON, R. Os intermediários esquecidos da literatura. In: DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 132-145.

DEAECTO, M. M. B. L. Garnier e A. L. Garraux: destinos individuais e movimentos e conjunto nas relações editoriais entre França e Brasil no século XIX. In: VIDAL, L.; LUCA, T. R. de (org.). *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 421-438.

DEAECTO, M. M. *O Império dos livros: instituições e práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, 2011.

EL FAR, A. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, A; ABREU, M (Orgs). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Biblioteca Nacional e EDUNESP, 2010, p. 89-100.

FORUM. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 de fev. 1903, p. 2.

FORUM. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 25 de mar. 1903, p. 2.

HALLEWELL, L. O crescimento da atividade editorial em São Paulo. In: HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 333-344.

JORGE AMADO EM S. PAULO. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 15 de jun. 1966, p. 8.

JUNCTA COMMERCIAL. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 01 de nov. 1900, p. 4.

JUNCTA COMMERCIAL. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 31 de dez. 1902, p. 3.

KOSHIYAMA, A. M. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp / ComArte, 2006.

MINDLIN, J. E. Marcos da cultura brasileira. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 23 de fev. de 1991. p. 87.

MOLLIER, J. Y. O surgimento da cultura midiática na Belle Époque: a instalação de estruturas de divulgação de massa. In: MOLLIER, J. Y. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios de História Cultural*. Tradução Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 175-190.

MOVIMENTO ASSOCIATIVO. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 de fev. 1901. Edição Nacional, p. 2.

NOTAS. *O Estado de S. Paulo*. Caderno 2. São Paulo, 24 de set. 1988, p. 74.

PERDOMO, R. P. Los juristas como intelectuales y el nacimiento de los estados naciones en América Latina. In: ALTAMIRANO, C. (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Tomo I. Buenos Aires: Katz, 2008. p.168-183.

PINA, P. S. de A. *Uma história de Saltimbancos: os irmãos Teixeira, o comércio e a edição de livros em São Paulo, entre 1876 e 1929*. 207 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de

São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.

RAZZINI, M. de P. G. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Orgs). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Biblioteca Nacional e EDUNESP, 2010. pp. 101-120.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERÁ HOJE A ENTREGA DOS “JABUTI”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 de nov. 1965, p. 10.

SORÁ, G. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp / ComArte, 2010.

TORRES, M. Postos de gasolina vão ter Livraria Teixeira. Tradição e modernidade num só lugar. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 de mai. 2000. Negócios Estratégia empresarial. Edição Nacional, p. b12.

TRIBUNAES. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 02 de jun. 1905, p. 2.

**Recebido em:** 01 de dezembro de 2018

**Aceito em:** 05 de maio de 2019